

RECONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS E IDENTIDADE: *um olhar sobre Jericoacoara - Ceará*

Prof. Dr. José Osmar Fonteles
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA
jose.fonteles@ibama.gov.br

RESUMO

O presente trabalho tendo por objetivo discutir como os moradores tradicionais de Jericoacoara, impactados pelo turismo, buscam reconstruir o seu território e a sua identidade, a partir da posse e uso do solo, com ações que elevam a sua auto-estima. O texto faz referência a Jericoacoara antes e com a entrada do turismo, ressaltando a ação dos moradores na reconstrução do seu território e identidade, tomando-se como referência a posse e uso do solo. Levando-se em conta que o turismo alterou consideravelmente o cotidiano dos moradores tradicionais de Jericoacoara, em vários aspectos, destacando-se o econômico e o cultural, fazem-se necessárias, no meu entender, ações que potencializem a sua organização para que possam enfrentar a nova realidade, com possibilidades de inclusão social e menos descaracterização cultural.

Palavras chaves: Turismo, Cotidiano, Inclusão social.

ABSTRACT

The present work is developed within this touristic impact context, and its aim is to discuss how the traditional populations of Jericoacoara seek to reconstruct their territory and identity through the possession and use of the ground with actions that increase their self-esteem. The text refers to Jericoacoara before the advent of tourism as well as in a touristic context, highlighting local populations' actions to reconstruct their territory and identity, considering the possession and use of the ground the basis for achieving this target. Observing the fact that in various spheres, particularly in economic and cultural, tourism nurtured significant changes in the daily lives of the traditional populations of Jericoacoara, in my point of view, actions that lead to the organization of these populations are essential mechanisms to help them face this new reality achieving thus social inclusion and a decrease in cultural losses.

Key words: Tourism, Daily routines, Social inclusion.

Introdução

As áreas protegidas têm se constituído em espaços privilegiados ao turismo, despertando o interesse do poder público e da iniciativa privada, com investimentos no setor. Recursos ambientais são identificados e transformados em produtos, com marketing especializado montando e/ou projetando cenários que atendam aos interesses dos visitantes, nos diversos segmentos.

Assim, lugares até então inexplorados turisticamente, passam a ser visitados por pessoas oriundas de culturas distintas, alterando o jeito de ser dos moradores locais, restando a estes buscarem alternativas de sobrevivência, passando pela reinvenção do seu cotidiano.

Neste processo alguns são inseridos com resultados satisfatórios, outros ficam à margem comprometendo a perspectiva de inclusão social e sustentabilidade. Tal processo verifica-se em muitos lugares onde o turismo se instala, como em Jericoacoara - Ceará, transformada em Unidade de Conservação – UC.

Este é o contexto em que desenvolvo o presente trabalho tendo por objetivo discutir como os moradores tradicionais de Jericoacoara, impactados pelo turismo, buscam reconstruir o seu território e a sua identidade, a partir da posse e uso do solo, com ações que elevam a sua auto-estima.

O texto é resultado de uma pesquisa ação na comunidade, a partir do início do ano de 2004, época em que assumi a chefia do Parque Nacional – PARNA.

Neste período me foi possível conviver cotidianamente com a população local, através de diversas formas. Em alguns momentos, o relacionamento fica bastante amistoso, em outros, muito conflitivo. Esta convivência contribui para desnudar a teia de relações existentes na Vila composta por moradores tradicionais e adventícios¹, dentre estes muitos estrangeiros.

A presença constante na comunidade possibilita-me ações de gestão e pesquisas, buscando entender como uma população, composta por várias nacionalidades, consegue conviver em um espaço geográfico de 197 ha.

O texto faz referência a Jericoacoara antes e com a entrada do turismo, ressaltando a ação dos moradores nativos na reconstrução do seu território e identidade, tomando-se como referência a posse e uso do solo.

Antes do Turismo

Jericoacoara, situada a 310 km de Fortaleza, capital do estado do Ceará e a 18 km da sede do município – Jijoca de Jericoacoara, foi constituída como povoado no início do século XX, elevada à categoria de Distrito por Lei Municipal Nº 94, de 29/06/1923. Alguns historiadores referem-se ao lugar, já a partir do século XVII NUGA (1985) e ARAÚJO (1991). Buenos, falando sobre o primeiro encontro entre espanhóis e indígenas no Brasil, relata que:

Após o embate às margens do rio Curu, Pinzón e seus homens decidiram partir, seguindo a linha da costa, no rumo do noroeste. No dia seguinte ao combate, vislumbraram outro acidente geográfico no litoral brasileiro. Era uma ponta arenosa, tão formosa e bem-feita que se assemelhava a ‘um vermelho bico de cisne mergulhando no oceano’. Decidiram chamá-la de ‘Rostro Hermoso’ (ou ‘Face Linda’). Provavelmente tratava-se da ponta de Jericoacoara – cuja beleza hoje atrai turistas de todo o mundo. Ali, Pinzón mandou fincar uma cruz com os brasões da Coroa de Castela e seguiu em frente, acompanhando os caprichosos contornos do litoral (1998: 18).

Embora estabelecendo frágeis relações com demais comunidades próximas, por conta, dentre outras coisas, do difícil acesso, Jericoacoara se constituiu num território minimamente transformado, ordenado por formas de intercâmbio tradicional entre sociedade e natureza. Isto levou a que neste território predominassem experiências de produção e de consumo rudimentares.

A despeito disso, desenvolveu atividades comerciais baseadas na pesca artesanal, caracterizada pela simplicidade das técnicas (uso da propulsão natural ou de pequenos motores, barcos e instrumentos artesanalmente feitos pelos próprios pescadores), pelo trabalho familiar sem assalariamento. Neste tipo de produção, os mesmos processos e tarefas (náuticas, de captura, desembarque e distribuição do peixe) são desempenhados pelos mesmos grupos de trabalho, as tripulações dos barcos que se constituem, no caso, de 3 ou 4 pescadores (MALDONADO, 1994: 25-26).

Assim, o comércio local restringiu-se a mercearias e outros estabelecimentos elementarmente necessários à sobrevivência material da população.

Politicamente, era vinculada ao então município de Acaraú, contando com pequena representatividade, centrada em uma única pessoa que também controlava o comércio da colônia de pescadores.

Demograficamente, seus habitantes eram constituídos, na sua grande maioria, por pescadores artesanais, além de agricultores de subsistência e artesãos confeccionadores de instrumentos de pesca (rede e tarrafas) e peças de crochê, vendidas no comércio local.

Quanto ao acesso, chegava-se a Jericoacoara pelo mar, em barcos a motor e em canoas, através dos portos de Camocim e Acaraú, cidades com as quais a população mantinha relações, principalmente comerciais. Por terra, o acesso era feito a pé ou em lombo de animais.

Enquanto colônia de pescadores, Jericoacoara possibilitava aos seus moradores uma relação ao nível da “solidariedade orgânica” e de interação mais direta com a natureza.

Neste contexto, as relações capitalistas ainda afetavam minimamente a vida social local. Praticavam bastante o escambo - experiência vivenciada também com os agricultores das comunidades vizinhas, trocando peixe por outros alimentos. Desta forma, a solidariedade entre os pescadores era visível, de várias maneiras: doação de peixes a quem não conseguia capturá-los ou mesmo quando não podia entrar no mar; distribuição de outros tipos de alimentos com famílias vizinhas; empréstimos de objetos utilitários em casa e também no trabalho.

Quanto ao lazer, eram “ordinárias” as festas entre os moradores, onde o forró prevalecia. O passeio nas dunas ao cair da tarde, sobretudo aos domingos já era também um hábito comum entre os mais jovens. Celebravam novenas, acalentavam os moribundos e cultuavam os mortos, faziam dramas (encenação produzida e apresentada por mulheres, toda cantada e dançada), brincavam carnavalesco. Havia assim uma convivência sociocultural com pouca complexidade e de muita significação para todos, na medida em que reforçavam, ritualizando, aquela solidariedade.

Estes fatores contribuíram para que a comunidade permanecesse com características de populações tradicionais (DIEGUES, 1996) até o final dos anos 70.

A chegada do turista

Por ser uma região de diversificados componentes paisagísticos e de ecossistemas culturalmente valorizados pela raridade deste arranjo espacial, a comunidade foi aos poucos sendo visitada por “batedores” de novas trilhas turísticas, já a partir dos anos 70. Estes visitantes eram caracterizados como “*não institucionalizados: nômades - aqueles que procuram ambientes exóticos e diferentes*” (COHEN, apud BARRETO, 1995: 27).

Aos poucos a Vila foi se tornando conhecida. A imprensa local, nacional e internacional encarregou-se de consolidar aquelas trilhas, conectando Jericoacoara em rede mundial, possibilitando a visita de turistas de várias partes do mundo.

Nesta época os debates ambientalistas vinham sendo feitos no Brasil, tendo sido um bom momento para transformar Jericoacoara em UC. Este fato ocorreu em 1984 com a criação da Área de Proteção Ambiental - APA através do Decreto Federal Nº 90.379, de 29 de outubro de 1984.

A APA está no grupo de Unidades Sustentáveis da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto Nº 4.940, de 22 de Agosto de 2002 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

A população local, embora não entendesse o significado da APA, aprovou a sua criação, achando que poderia receber benefícios sociais. Muitos moradores assinaram um documento pensando que estavam solicitando a reabertura de uma maternidade. Quando se deram conta, a UC estava criada.

A criação da APA foi motivo de euforia para a imprensa e para empresários do turismo que começavam a se interessar por Jericoacoara, saudada como um paraíso.

Souza (1997: 36) enaltece a Vila da seguinte forma:

Jericoacoara – Eleita uma das dez mais belas do mundo, a praia cearense faz jus à fama que tem. A variedade de paisagens é o principal atributo desse paraíso (...) Num pequeno trecho de litoral estão reunidos coqueiros, vegetação de caatinga, lagoas de água doce, um mar de águas mornas, um cabo (a ponta de Jericoacoara) (...), montanhas de dunas e uma baía que serve de porto natural para canoas e jangadas (...) há espaço também para uma pequena serra, “o serrote de Jeri”, com 110 metros de altura, de onde brotam cactos (!).

A APA manteve-se em situação legal até o dia 04 de fevereiro de 2002, quando um Decreto Presidencial criou o Parque Nacional de Jericoacoara, englobando quase totalmente a UC e incorporando uma faixa costeira de um quilômetro de largura, paralela à linha de praia. Deste modo, passa a ter uma área de 8.416,8 ha. A finalidade da implantação do Parque fundamenta-se, principalmente, em proteger e preservar amostras dos ecossistemas costeiros, assegurar a preservação de seus recursos naturais e proporcionar oportunidades controladas de uso público, bem como educação e pesquisa científica (LIMA, 2003).

Ressalta-se que o Parque Nacional

(...) é uma área sobre a qual convergem complexos interesses e necessidades humanas, e que tem múltiplas funções: proteção ambiental; realização emocional, psicológica, espiritual e cultural do ser humano; área nativa, fonte de vida e local de veneração de populações tradicionais; alavanca do desenvolvimento

sustentável de vastas regiões, geradora de emprego e renda; símbolo que agrega as pessoas, dando-lhes maior consciência e orgulho de sua terra natal, de sua gente e de seu País (LEUZINGER, 2002).

O aumento do fluxo turístico e a instalação de pousadas, bares, restaurantes e similares por moradores adventícios, começaram a alterar a vida da pacata Vila de Jericoacoara. Diante disso, seus moradores tradicionais passaram a se preocupar com esta nova realidade que ajudaram a construir, como denota o seguinte depoimento: “Olha, a gente não pode botar uma luz na casa da gente, não pode modificar a fachada, não pode cortar uma árvore...” (FONTELES, 2004: 149).

Não obstante, as alterações no cotidiano destes moradores foram sendo feitas com muita rapidez, dentre as quais podem ser evidenciadas as formas de sociabilidade. Perceberam que a relação existente entre eles estava sendo comprometida. Exemplificando-se, o compadrio e os segredos compartilhados estavam dando lugar a outros valores oriundos de outras culturas, de outros modos de vida.

Com a chegada do turismo explicitam-se os

(...) conflitos aqui e ali, decorrentes de embates entre diferentes territorialidades, com a territorialidade turística que se impõe a territorialidade preexistente. (...) apesar de eventuais conflitos, o turismo se impõe e revela toda sua força, transformando os espaços em territórios de seu consumo (CRUZ, 2000).

As contradições foram sendo percebidas principalmente nas formas de trabalho e de ocupação, na posse e uso do solo, no consumo de drogas e na incorporação de novas referências culturais.

A pesca, que até então era a principal atividade econômica, passou a dar lugar a outras atividades produtivas vinculadas ao turismo o que gerou as ocupações de: garçons, guias, vendedores ambulantes, arrumadeiras, serventes de pedreiro, dentre vários outros tipos.

Com relação à posse e uso do solo a mudança foi mais dramática. Novos habitantes, bem como empresários turísticos passaram a adquirir terras dos nativos, instalando-se na Vila. Este fato gerou um crescimento desordenado, com edificações destoantes da arquitetura vernacular. Além disso, muitos moradores, ao venderem as suas propriedades, foram morar em outros lugares. Paralelamente vai se verificando tentativas de parcelas da população local de instalarem pousadas e demais equipamentos voltados à crescente demanda turística.

Contudo, do ponto de vista do empreendedorismo, a maioria dos nativos perde para os que chegam, basicamente por duas razões: não têm a visão estratégica de mercado e não contam com recursos financeiros suficientes para instalação de empreendimentos competitivos.

Neste sentido, os gráficos 1 e 2 constataam a concentração dos meios de hospedagem em Jericoacoara nas mãos dos adventícios.

No que se refere à incorporação de novas referências culturais,

(...) mudanças foram demasiadamente bruscas, levando-se em conta os modos de vida da comunidade. Algumas pessoas entenderam que não podiam perder a oportunidade e investiram, ao seu modo, no negócio turístico, adaptando-se à nova realidade. Outras não entenderam o que estava acontecendo e recuaram o quanto puderam, inclusive não permitindo o acesso de turistas às suas residências por estranharem seus hábitos. Aos poucos todos foram constatando que não era possível ficar alheios ao que estava acontecendo, porque as conseqüências eram visíveis no cotidiano através de novos hábitos de consumo, de uma nova moral e de uma nova ética, traduzidos em fatos que se confrontavam com as práticas locais. Cada um, a partir das suas possibilidades e a partir da sua visão de mundo, de homem e de sociedade, inseriu-se na atividade turística como proprietário ou como empregado (FONTELES, 2004: 158-159).

A chegada do estranho, do outro, do turista, do novo morador, ocasionou alterações na sociabilidade cotidiana, gerando, em vários casos, conflitos em diferentes dimensões:

1. Entre os próprios moradores nativos, por não conseguirem manter as suas antigas práticas coti-

dianas, inclusive as relações familiares tradicionais;

2. Entre nativos e novos moradores, porque grande parte dos que chegaram à Jericoacoara, criaram, com seus valores, interesses e expectativas produzindo uma certa resistência nos moradores tradicionais, dificultando a interação e o intercâmbio sociocultural;

3. Entre nativos e turistas porque, embora os visitantes permaneçam pouco tempo na comunidade, os nativos sentem-se pouco à vontade com eles. Compreendem que a sua liberdade e a sua intimidade foram ameaçadas. Prestam-lhe o serviço que for possível, mas diante destes mantêm um distanciamento cauteloso;

4. Entre nativos e o poder público porque os moradores esperam ser satisfatoriamente contemplados com políticas públicas. Contudo, a falta de delimitação das ingerências nas esferas municipal, estadual e federal, contribuem para aumentar este conflito. Por exemplo, a Prefeitura e o Estado não desenvolvem a contento os serviços essenciais aos moradores e aos turistas. Por outro lado a APA e o PARNA, têm o IBAMA como gestor, cujas fases de atuação, nem sempre são imediatamente condizentes como os interesses locais. Em alguns momentos houve conflito explícito com a população, resultando em desgaste para ambos os lados, até março de 2004.

Gráfico 1 - Meios de Hospedagem – MH: 83 Nativos – 27 Adventícios – 56

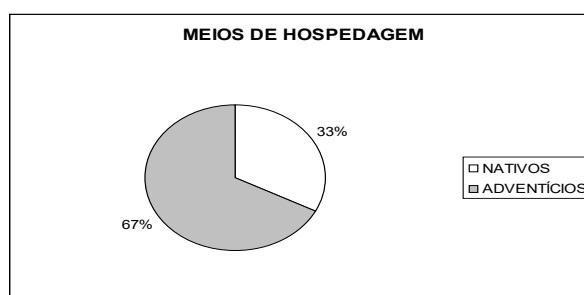
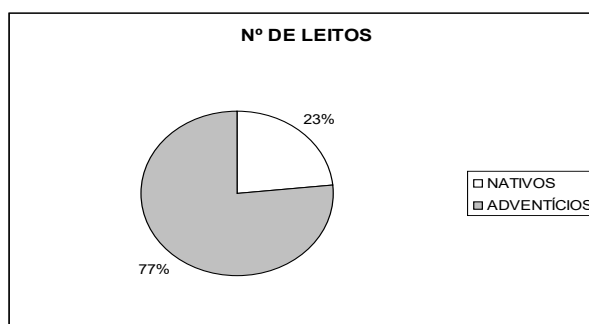


Gráfico 2 - Nº. de Leitos – 2.423 Nativos – 563 Adventícios – 1860



Neste momento, o contato com a comunidade foi restabelecido, através do diálogo com organizações da sociedade civil local: Conselho Comunitário, Moradores Nativos, Artesãos, Capoeiristas, Cavaleiros, Bugueiros, Vendedores Ambulantes, Motoristas de Caminhonetas, Kitesurf, além de lideranças locais.

Como consequência, o governo do Estado sentiu-se estimulado a concluir os equipamentos existentes no programa de Requalificação da Vila.

Contudo, a Prefeitura Municipal mantém um tímido contato com o IBAMA, assumindo precariamente as suas atribuições e participando de programas que devem ser desenvolvidos em conjunto, ressaltando-se o regime jurídico pertinente.

Esta nova realidade, inaugurada em março de 2004, permitiu a realização de uma oficina de Planejamento Participativo contando com os diversos atores envolvidos diretamente com a APA, o PARNA e o seu entorno.

Mesmo composta por pessoas de diversas nacionalidades e com expectativas de vida bastante diferenciadas, a comunidade colabora com ações que fortaleçam os interesses e necessidades locais. Neste sentido, as ações desenvolvidas pelo IBAMA e por outras instituições nos últimos doze meses têm comprovado a possibilidade de envolvimento dos moradores de Jericoacoara.

Inserção da comunidade

Os moradores de Jericoacoara têm tido participação, em diversos níveis, na organização da comunidade. Em alguns momentos interferem de forma mais eficiente, através do Conselho Comunitário, instituição detentora de notoriedade em âmbitos nacional, regional e local, ora contrapondo-se à gestão da APA e do PARNA, do poder público municipal e estadual, ora apoiando ações convergentes com os interesses dos habitantes locais.

Como ação contraditória aos interesses do poder público, ressalta-se o confronto com a Gestão Municipal e com o IBAMA, por ocasião do plantio de coqueiros na praia da Malhada e a interdição de construção de casas populares em áreas alagadas, próximas às dunas. Outra ação de relevante alcance diz respeito à participação na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU do Município que, mesmo não tendo conseguido evitar a modernização técnica do tecido semi-urbano, como gostaria, impediu algumas intervenções como, por exemplo, o calçamento nas ruas e a construção de praças. Tudo isto, diminuiu prováveis impactos socioambientais que viessem a alterar a imagem memorial da Vila.

Embora o Conselho tenha atuado como instituição de maior prestígio junto às instâncias de poder local e regional, outras organizações comunitárias juntam-se a ele em diversas ocasiões.

Algumas pretensões da comunidade têm sido frustradas, por conta do seu baixo nível de organização. Neste aspecto, cita-se a resistência contra a edificação do Centro de Informações, construído pelo IBAMA, com apoio da Prefeitura Municipal, no início do ano de 2000, em uma via privilegiada pelos moradores e pelos turistas, por conta da visibilidade do mar.

A edificação foi feita sob protestos da comunidade, chegando a queimar o seu teto, danificando também as instalações elétricas. Nela funcionou por algum tempo o Centro de Informações Turísticas, em parceria com a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) e com a Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara.

Percebe-se que a chegada do outro, causa insegurança nos moradores tradicionais que buscam de alguma forma garantir o seu território, “a alma do seu lugar”. A ocupação territorial repercute também no jeito de ser da população, alterando os modos de vida e conseqüentemente a identidade cultural tradicional. Isto tudo, aos poucos vai sendo reconstruído a partir dos novos parâmetros e dos novos modelos implantados pelos que chegaram.

Deste modo,

(...) a idéia identitária de lugar como uma diferenciação espacial que reúna um conjunto de características, fundamentadas na geografia física (e sua fauna); em suas instituições; sua vida econômica, social e cultural (com destaque para a paisagem construída). Trata-se de um fenômeno total, não reduzível a uma única propriedade, sob risco de perda de seu caráter (YÁZIGI, 2001: 49).

A aquisição de lotes de terra decorrente dos fluxos turísticos foi facilitada pelos novos ocupantes, parece facilitada pelos moradores tradicionais. Estes, acostumados a ter o seu chão, como posseiros, consideram-se como donos, principalmente por terem cercado e edificado a sua residência ou o seu estabelecimento comercial.

Essa aquisição vai alterando a tradicional estrutura de propriedade dos lotes semi-urbanos e vai produzindo uma dinâmica no processo de apropriação e usos do solo.

Percebendo que vender propriedade lhes traria mais vantagens do que continuar explorando-as em atividades tradicionais, alguns habitantes passaram a assim fazê-lo, na concomitante expecta-

tiva de se apropriarem de outras áreas em que conseguiriam títulos de posse e em alguns casos a restauração das condições para continuar com aquelas atividades tradicionais.

Mas, essa prática intensifica a nova função para a terra, ou seja, a sua especulação. Neste processo, muitos nativos foram bem sucedidos. Outros passaram a ocupar áreas públicas, dando início a um processo de favelização.

Esta ocupação foi feita ao longo de 05 (cinco) anos, sem proibições efetivas inibidoras de vez da ação dos ocupantes. A área estava ocupada por 177 (cento e setenta e sete) famílias. Do conjunto das ocupações, 40% eram de moradores nativos. O restante era de proprietários de outros imóveis na própria comunidade ou em outros lugares.

Havia vontade de resolver o problema por parte da população, do IBAMA, da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR e Instituto de Terras do Ceará – IDACE, mas faltava clareza nas competências de cada segmento e, enquanto isso o problema ia se agravando.

Foi então que o IBAMA se dispôs a articular os diversos segmentos e a SDLR assumiu de vez a resolução do problema, contando com o apoio decisivo da comunidade. Para tanto, uma comissão de 10 membros, escolhidos em assembléia, coordenou todo o processo de retirada, com representantes de todas as organizações seguintes:

Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional - S.D.L.R. – IDACE - IBAMA/Jericoacoara - Câmara Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Conselho Comunitário de Jericoacoara - Associação do Bugueiros de Jericoacoara - Associação dos Donos de Cavalos de Jericoacoara - Associação dos Capoeiristas de Jericoacoara - Associação dos Vendedores Ambulantes de Jericoacoara - Representante dos moradores da área ocupada na APA.

Referida comissão atuou a partir de critérios, consensualmente construídos, o que possibilitou a solução da questão, em poucos dias, de forma pacífica, beneficiando diretamente 86 (oitenta e seis) moradores que receberam o título de posse.

A retirada das ocupações deu suporte para que os moradores tradicionais começassem a resgatar o seu poder de mobilização e resistência, agindo coletivamente, como no caso da retirada da cerca de um grupo empresarial de grande porte que se dizia proprietário de boa parte das terras de Jericoacoara, cuja escritura foi refutada pela comunidade.

Este fato ocorreu paralelamente ao processo de retirada das ocupações. Funcionários da referida empresa cercaram a área com arame farpado. Porém, um grupo de moradores composto por aproximadamente 200 (duzentas) pessoas, quase todas nativas, impediu que a ação do suposto proprietário fosse efetivada. Arrancaram as estacas e o arame num gesto de retomada da terra que sempre foi livre para os habitantes de Jericoacoara antes do turismo, quando a especulação imobiliária ainda não era grande problema para o lugar. Este recuou com a cerca e os moradores fortaleceram-se como organização comunitária.

Em momentos anteriores já haviam sido registrados outros fatos, já mencionados no texto, dificultando a ação de especuladores na comunidade. Contudo, a ineficácia daquelas práticas de enfrentamento gerou uma desmobilização, desmotivação, tornando impotente grande parcela da população local no que se refere à defesa do seu território.

Ultimamente, com a articulação do movimento social local, do poder público, sobretudo com a determinação do IBAMA e do Governo do Estado do Ceará, através da SLDR, com apoio do IDACE, a população vem dando sinais de vitalidade, credibilidade, respaldo e coragem de enfrentar as situações de risco.

Considerações não conclusivas: a discussão em processo

O turismo alterou consideravelmente o cotidiano da população tradicional, em vários aspectos, destacando-se o econômico e o cultural. Muitos moradores encontram na turistificação de Jericoacoara uma alternativa de renda, abandonando as práticas anteriores, já decadentes, sobretudo a

pesca. Passaram a trabalhar em atividades turísticas, com as respectivas categorias ocupacionais por elas trazidas. No entanto, as funções mais qualificadas são exercidas, na sua grande maioria por pessoas de fora do lugar.

Do ponto de vista das referências culturais, os jovens, principalmente, vão assimilando novos valores, novas formas de convivência e novas aspirações, contribuindo assim para romper a tradicionalidade do lugar. Por outro lado, esta ruptura pode inseri-los em novos padrões de convivência ensejadores de outros projetos de vida.

Nesta perspectiva, fatos minimizadores da ação de grupos especuladores em Jericoacoara constituem uma manifestação de vitalidade dos moradores tradicionais frente à nova realidade trazida com o turismo. No entanto, uma visão mais crítica do processo revela que os interesses pessoais locais se sobrepõem aos coletivos. Quando se trata da defesa da terra, as argumentações prevalecentes são as que reforçam a propriedade privada.

Para que o turismo continue convivendo com a possibilidade ativa de reconstrução de territórios e identidades em Jericoacoara, a fim de que sua população local não venha a sentir-se estrangeira em sua própria terra, fazem-se necessárias ações que potencializem a sua organização a fim de ~~poderem enfrentar~~ eficazmente as novas situações trazidas pelo turismo.

NOTAS

¹ Pessoas que não tinham nenhuma relação com a comunidade e que, com a chegada do turismo, passaram a residir no lugar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Francisco Sadoc de, Pe. **Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense LTDA, 1991.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BUENOS, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degredados: as primeiras expedições ao Brasil (1500-1531)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.
- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FONTELES, José Osmar. **Turismo e Impactos Socioambientais**. São Paulo: Aleph, 2004.
- IBAMA/DIREC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC**. Brasília: 2002
- LEUZINGER, C. **Ecoturismo em Parques Nacionais: a compatibilidade entre a função de preservação ambiental e a prática do ecoturismo em parques nacionais**. Brasília: W-D. Ambiental, 2002.
- LIMA, Adriana Villarinho de. **Sistema de Proteção/Fiscalização do Parque Nacional de Jericoacoara/CE**. Brasília: IBAMA, 2003.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume, 1994.
- NUGA/UECE. **Área de Proteção Ambiental – Jericoacoara**. Fortaleza: 1985.
- SOUZA, Jorge de. Paraísos Ecológicos Brasileiros. **Os Caminhos da Terra**. Ed. Esp. nº 1, p. 36-39, jun. 1997.
- YÁZIGI, 2001: p. 49) Eduardo. **A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas**. São Paulo: Contexto, 2001

Trabalho enviado em março de 2006

Trabalho aceito em agosto de 2006